



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ofício nº 408 / 2001 – DCA/SEDH/MJ.

Brasília, 10 de outubro de 2001.

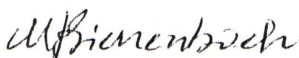
Senhora Coordenadora,

Encaminhamos a Vossa Senhoria o Relatório da “Oficina de trabalho para representantes estaduais do Sípia” ocorrida em Brasília, nos dias 11 e 12 de setembro passado.

Com a finalidade de agilizar a implantação do Sípia, este Departamento da Criança e do Adolescente considerou indispensável debater as dificuldades, traçar soluções, para juntos realizarmos a tarefa de instalar o Sistema em todos os Conselhos Tutelares.

Neste sentido, consideramos proveitoso o evento e agradecemos a oportunidade e o interesse dos representantes desse estado.

Atenciosamente,

  
**Maria Ignês Bierrenbach**  
**Diretora**

A Senhora  
**CÉLIA APARECIDA DE SOUZA**  
Coordenadora do Núcleo de Referência do Sípia  
Rua Ministro de Godoy, 122 – 7º andar  
01034-000 – São Paulo/SP



**RELATORIO DA OFICINA DE  
REPRESENTANTES ESTADUAIS DO  
SIPIA – MÓDULO - I**

**Ano/2001**



## RELATORIO DA OFICINA DE REPRESENTANTES ESTADUAIS DO SIPIA

Promoção: Departamento da Criança e do Adolescente

UNESCO

Local: Brasília – DF.

Data: 11/09/2001

Participantes: 2 representantes do Núcleo do Sipiia de cada Estado: Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Convidados: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

CONANDA

### 1. Introdução

Os trabalhos da Oficina, foram distribuídos ao longo de dois dias, somando 16 horas.

O primeiro dia, num total de 4 horas trabalhadas, foi dedicado integralmente ao relato, Estado por Estado, da implantação SIPIA, sendo que foi reservado um tempo maior para a apresentação dos relatórios do ' Consolidado CEARA' para que o grupo tivesse uma visão do que se esperava que todos os Núcleos presentes pudessem produzir e disponibilizar em curto espaço de tempo.

Na abertura, a Doutora Maria Ignês Bierrenbach, Diretora do DCA, ressaltou a longa trajetória que tem em seu nascedouro a Constituição Federal 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Ressaltou a prioridade e a importância do SIPIA para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e para o DCA.

Caracterizou também o objetivo da Oficina, como uma avaliação, sobre o ponto de vista de gestão técnica-operacional possibilitando os ajustes necessários para **agilizar** a instalação e funcionamento do Sistema.

Destacou, ainda, o investimento que o Ministério da Justiça vem fazendo nestes quatro anos no SIPIA, acreditando que isto traduz o compromisso da Política de Direitos Humanos para com a criança e o adolescente do país.



Por sua vez, o Dr. Carlos Alberto, representante da UNESCO, colocou o interesse com que o Organismo Internacional vem acompanhando a implantação do SIPIA.

A Profª Osanira Ferreira Representante do Conanda no Grupo Gestor do Sipiia destacou a importância que o Conanda atribui ao Sistema, e seu interesse pessoal no desenvolvimento do Sipiia, o que já ocorre desde 1999 quando se sistematizou as discussões ocorridas no 1º Fórum de Avaliação de Funcionamento do SIPIA.

Finalmente a Profª. Silvia Arruda, Coordenadora Nacional do SIPIA, apresentou a agenda oficial de trabalho:

1º dia: Contextualização do Sipiia; relato de experiências estaduais – situação atual.

2º dia: Síntese dos relatos apresentados – Trabalhos em 2 grupos:

- a) Grupo técnico / operativo
- b) Grupo da informática
- c) Resultados -

## ***2. Os Relatos de cada Unidade Federada***

### **2.1. CEARA**

#### ***O SIPIA NO CEARÁ***

Número de Municípios do Estado: 184

Número de Municípios que possuem Conselho Tutelar: 135

SIPIA:

Municípios 100% Estruturados = 33

Municípios com Pequenas Pendências = 06

Municípios sem Telefone Direto = 04

Municípios sem Alimentar o Sistema = 02

Municípios Implantados com Equipamento do próprio Conselho Tutelar = 01

Municípios Em Implantação = 02

Número de Municípios com o Sipiia instalado (versão 2.1.15): 46

Número de Municípios com o arquivo consolidado disponível: 23

#### ***NÚCLEO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DO SIPIA***

***Composição:***



- CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- SETAS - Secretaria do Trabalho e Ação Sócia
- Ministério Público Estadual
- SSPDC - Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa da Cidadania
- SEAD - Secretaria Estadual de Administração
- CEDECA-CE - Centro de Defesa da Criança da Criança e do Adolescente do Ceará
- **Grupo de Monitoria** e Orientação: CEDCA-CE e SETAS

**Execução Local:**

- Conselho Tutelar
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Secretaria Municipal de Ação Social (ou homólogas)

**Capacitação:**

- Capacitação dos Conselheiros Tutelares em Informática Básica
- Capacitação dos Conselheiros Tutelares no Estatuto
- Capacitação dos Conselheiros Tutelares na operacionalização do Sipia Local
- Capacitação dos Conselheiros Tutelares na operacionalização do Sipia consolidado
- Capacitação de Agentes Públicos Municipais como "Multiplicadores"
- Capacitação de novos Conselheiros na operacionalização do Sipia

**Monitoramento:**

- Visitas periódicas de representante do CEDCA e da SETAS aos municípios, a fim de verificar as condições do Conselho e a utilização do Sipia – produção de relatório
- Recebimento e verificação de arquivos de backup (disquetes)
- Aplicativo para verificar histórico das manutenções efetuadas no equipamento de cada município
- Cobrança de solução das pendências detectadas por ocasião da visita
- Verificação da situação de processamento do arquivo consolidado



**Suporte:**

- Instalação/atualização de softwares (Sipia, antivírus, sistema operacional, outros...).
- Manutenção de equipamentos (configuração)
- Visita técnica aos municípios para configuração do módulo consolidado (modem, dial-up).
- Help Desk
- Verificação de garantia do equipamento e encaminhamento a assistência técnica nos casos devidos

**Desafios/Dificuldades:**

- Falta de estrutura adequada (pessoal e técnica)
- Precariedade de condições de alguns municípios
- Nível de conhecimento de informática por parte dos Conselheiros Tutelares
- Nível de conhecimento do Estatuto por parte dos Conselheiros Tutelares
- Alta rotatividade dos Conselheiros Tutelares
- Falta de maior integração entre parceiros do Núcleo

**2.2. GOIAS**

**Situação da Implementação do Projeto SIPIA no Estado de Goiás**

**1. Identificação:**

Número de Municípios do Estado.....	246
Número de municípios com CMDCA.....	177
Número de Municípios com Conselhos Tutelares .....	156
Número de Conselhos Tutelares em funcionamento.....	160
Número de Municípios integrantes do Projeto SIPIA.....	041
Número de Conselhos Tutelares integrantes do Projeto SIPIA .....	044

**2. Protocolo de Cooperação Interinstitucional** visando a implantação do Núcleo de referência do SIPIA – assinado em 25-09-1998.

Órgãos integrantes do Núcleo de Referência do SIPIA:

**Composição:**

- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente / CEDCA-GO;



- Secretaria de Cidadania e Trabalho;
- Procuradoria Geral de Justiça – GO;
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – SEPLAN;
- Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- Universidade Católica de Goiás – UCG;
- Universidade Federal de Goiás – UFG;
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Estes órgãos atuam de forma integrada, a coordenação do Projeto é realizada conjuntamente pelo CEDCA-GO com o apoio da Secretaria de Cidadania e Trabalho.

Dos órgãos integrantes do Núcleo SIPIA, apenas a SEPLAN e a UFG têm participado de forma mais esporádica, os demais órgãos têm acompanhado todas as etapas de implantação / implementação do SIPIA neste Estado.

### **3. Participação do Estado:**

Além da contrapartida do convênio com o Ministério da Justiça, o Estado disponibilizou, através da Secretaria de Cidadania e Trabalho, 02 (dois) técnicos especializados para atuarem na Central de Atendimento / Plantão de Dúvidas do Projeto SIPIA, localizado na sede do CEDCA-GO, os quais realizarão o monitoramento contínuo deste Projeto neste Estado.

Também a Secretaria Estadual de Educação tem apoiado a implementação do Projeto SIPIA, disponibilizando seus laboratórios de informática, para o treinamento dos Conselhos Tutelares.

### **4. Articulação com Municípios e CMDCA:**

Tem havido pouca participação dos executivos municipais na execução do Projeto. Até o momento os mesmos têm assegurado as despesas de transporte dos Conselheiros Tutelares para os Cursos de Capacitação realizados na Capital.

Para assegurar o envolvimento dos CMDCA no Projeto, foram convidados 2 (dois) representantes da cada CMDCA's dos municípios integrantes do Projeto SIPIA para o Curso de Capacitação do SIPIA.

### **5. Dificuldades de Operacionalização do Convênio, em função de entraves burocráticos:**

- Morosidade da Procuradoria Geral do Estado nos processos de assinatura de Convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia;



- Dificuldade na execução dos cursos de informática no interior em função do número limitado das turmas (05 participantes) e das exigências de licitação pelo Tribunal de Contas e Lei de Responsabilidade Final;
- Prazo exíguo para execução do Convênio;

**6. Disponibilidade do órgão de Informática:**

- Falta de prioridade do órgão, apesar da disposição e interesse pessoal do técnico responsável.

**7. Infra-estrutura para implantação do Consolidado SIPIA:**

- Existe toda infra-estrutura necessária.

**2.3. MARANHÃO**

**SIPIA - MARANHÃO:**

Nº MUNICÍPIOS: .....	217
MUNICÍPIOS COM CONSELHO TUTELAR: .....	40
MUNICÍPIOS COM APLICATIVO SIPIA: .....	11
Nº DE CONSELHOS TUTELARES INSTALADOS O SIPIA: .....	13

**AÇÕES:**

Aquisição de Equipamentos

Capacitação dos Conselheiros Tutelares e Multiplicadores

    Aplicativo / Sipiá

    Informática

Encontro Estadual de Avaliação

Manutenção / Revisão do Sistema

**INVESTIMENTOS**

1998	47.862,00
2000	<u>19.265,00</u>
<b>TOTAL</b>	<b>67.127,00</b>

**NÚCLEO DE REFERÊNCIA SIPIA**

- Entende-se por Núcleo de Referência Sipiá, o conjunto de entidades que se unem para viabilizar a articulação e o acompanhamento da implantação e do funcionamento do SIPIA, no Estado.



1. Revisão dos equipamentos;  
 2. Atualização da versão;  
 3. Treinamento dos Conselheiros Tutelares no Aplicativo SIPIA;  
 4. Discussão do modelo do Relatório Simplificado;  
 5. Municípios visitados: Chapadinha, Timon, São João dos Patos e Imperatriz e implantação do Sistema no Conselho Tutelar Itaqui - Bacanga, período junho a setembro;

**2000**  
 Maio/2000 - O Núcleo do SIPIA se reuniu com o objetivo de definir estratégias para o monitoramento de um plano de agilização de funcionamento do Sistema. Foi elaborado o calendário de viagens, obedecendo as etapas:

**1998**  
**1ª Etapa:** 56 Conselheiros dos municípios de Santa Inês, São João dos Patos, Santa Luíz, Caxias, Timon e Imperatriz treinados nos cursos de IPD, Windows e Aplicativo SIPIA;  
**2ª Etapa:** 45 Conselheiros dos municípios de Viana, Chapadinha, Bacabal, Barreirinhas e dos Conselhos Tutelares do Centro-São Luís e Itaqui-Bacanga treinados nos cursos de IPD, Windows e Aplicativo SIPIA.

### **CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS**

- Composição:**
- FUNAC - FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
  - CEDCA - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
  - GEJUSPC - GERÊNCIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA;
  - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO MARANHÃO;
  - GEMOR - GERÊNCIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO;
  - UFMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO;
  - CENTRO DE DEFESA DOD DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



6. Reunião 04 de outubro ficou agendada a continuidade das visitas aos municípios de Caxias, Bacabal, Santa Inês, Santa Luzia e Viana a partir de novembro.

### **2001**

Após a realização do curso de informática com Conselheiros o Núcleo de Referência do SIPIA, estabeleceu o cronograma de visita dos multiplicadores selecionados para o treinamento do Aplicativo SIPIA. A execução se deu no período de junho a Agosto/2001.

Com o aditamento do Convênio, ficou prevista para o mês de Setembro/2001, a realização do seminário a "Força do Conselho Tutelar" que deverá ser realizado em São Luís, com a presença dos Conselhos onde está implantado o Sistema SIPIA.

### **RESULTADOS**

- Com base nos dados operacionalizados pelos Conselhos Tutelares, o Núcleo consolida as informações para sistematização e posterior divulgação.

## **2.4. MATO GROSSO DO SUL**

### **IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS**

Mato Grosso do Sul Possui 77 Municípios

#### **Sendo:**

76 CMDCA's Implantados;  
71 Conselhos Tutelares Atuantes;  
46 Municípios com o Sistema SIPIA;  
02 Conselhos Tutelares na Capital.

### **IMPLANTAÇÃO DO SIPIA MATO GROSSO DO SUL**

1991 / 1995 - 06 MUNICÍPIOS  
1997 - 13 MUNICÍPIOS  
1998 - 22 MUNICÍPIOS  
1999 - 01 MUNICÍPIO  
2000 - 03 MUNICÍPIOS  
- 01 MUNICÍPIO DESLIGADO  
2001 - 02 MUNICÍPIOS



## **NÚCLEO DE REFERÊNCIA**

### **Composição:**

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho.

- CAICAF - Centro de Apoio aos Conselhos

Secretaria Estadual de Fazenda – SGI

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Fundação Instituto de Estudos e Planejamento de MS – IPLAN

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

- Escola de Conselhos

Procuradoria Geral da Justiça - Ministério Público Estadual

## **CONSOLIDAÇÃO DA REDE EM MATO GROSSO DO SUL**

CAPACITAÇÕES DE CONSELHEIROS

ATENDIMENTOS: HELP-DESK; ON-SITE;

INTERLIGAÇÃO DA REDE

MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

O consolidado deve estar em Brasília até o fim de setembro

## **2.5. PARÁ**

### **Informações:**

- Informações técnicas referentes ao SIPIA;
- Informações tecnológicas referentes ao SIPIA:
  - Composição e número de participantes;
  - Articulações mantidas com os Municípios;
  - Articulações mantidas com o Estado;
  - Capacitação junto aos Conselhos Tutelares;
  - Formações de agentes multiplicadores;
  - Acompanhamento / Municípios.

### **COMPOSIÇÃO E NÚMERO DE PARTICIPANTES:**

- PRODEPA - 1 técnico
- FUNCAP - 1 técnico
- SETEPS - 1 técnico



- SETEPS - 1 técnico
- CEDCA - 1 Conselheiro
- SEPLAN - encontros assistemáticos
- Ministério Público - encontros assistemáticos

#### **ARTICULAÇÕES MANTIDAS COM OS MUNICÍPIOS**

- Com as Secretarias Municipais de Assistência Social
- Com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Com os Conselhos Tutelares
- Com Prefeituras Municipais
- Com as Regionais de Proteção

#### **ARTICULAÇÕES MANTIDAS COM OS ESTADOS**

- Com a Secretaria Especial de Estado de Proteção Social
- Com a Secretaria Executiva de Estado de Justiça Com a Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social
- Com Organizações Não Governamentais que Atuam com Crianças e Adolescentes

#### **CAPACITAÇÃO JUNTO AOS CONSELHOS TUTELARES**

- Histórico do ECA
- Direitos Fundamentais
- Sistema de Garantias  
Atribuições
- Redes de Serviços
- Políticas Públicas

#### **FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES**

- Existe a participação reduzida nos eventos de capacitação, de outros atores e da própria comunidade

#### **ACOMPANHAMENTO**

- Capacitações quando existe uma demanda dos Conselhos Tutelares e CMDCA enviada ao Núcleo de Referência
- Contato via telefone
- O envio do Backup



## **Municípios**

- Número de Municípios: 143
- Previsão para implantação do Consolidado: 8
- Com Conselho Tutelar: 69
- Com CMDCA: 99
- Com SIPIA implantado: 18

### **INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS REFERENTES AO SIPIA**

- INFOSEG
- Capacitação junto aos Conselhos Tutelares
- Informações do Município a nível tecnológico

### **INTEGRAÇÃO NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

- Pentium Pro 200 Mhz
- 128 de RAM
- HD 4 GB – SCSI
- Controladora SCSI ADAPTEC AIC – 7880 ultra W
- Sistema Operacional: Windows NT 4.0 (Português)
- ORACLE Enterprise Manager 8.0.5
- Web Application Server 3.0
- Cache 512
- CD-ROM SCSI
- HD 8 GB – SCSI

### **INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO A NÍVEL TECNOLÓGICO**

- Na maioria dos Municípios as configurações do micro são as seguintes:
- Pentium 300 Mhz;
- 32 Mb de Ram;
- HD de 4 Gb;
- Windows 98;
- Office 97;

**Obs:** em alguns Municípios há Fax Modem de 33.600 Kbps

## **2.6. PARANÁ**

### **NÚMEROS DO PARANÁ**



- 399 Municípios Paranaenses
- 382 Municípios com Conselhos Tutelares
- 60 Conselhos Tutelares com o SIPIA
- 52 Municípios com o SIPIA
- 36 Multiplicadores Regionais
- 250 Conselheiros Capacitados
- 23 Encontros de Avaliação e Capacitação
- 550 Atendimentos / Consulta
- 80 Conselhos ainda serão inseridos em 2001
- 140 Conselhos Tutelares ao fim de 2001

### ***NÚCLEO DE REFERÊNCIA DO SIPIA***

#### ***QUEM SÃO E O QUE FAZEM:***

- CEDCA
- CEAS
- MINISTÉRIO PÚBLICO
- SECR
- IASP
- CELEPAR

#### **Atribuições:**

Respondem pela implantação, implementação e acompanhamento do funcionamento do Sistema como um todo;

Buscam Integrar o SIPIA com outras redes e banco de dados sobre defesa de direitos de crianças e adolescentes;

Estabelecem parceria com o gestor de informática do Estado para garantir a manutenção e suporte para hardware e software;

Capacitam multiplicadores para treinamento de Conselheiros Tutelares na operacionalização do Sistema;

São responsáveis pela divulgação do SIPIA;

São responsáveis pela elaboração dos Relatórios Estaduais, entre outros.



## **HISTÓRICO - PARANÁ**

- 97/98/99 – Sistema próprio do Paraná - SIPIA é instalado em 153 Conselhos Tutelares, acompanhado de treinamento e assessoramento da SECR.
- Mar/00 - O Projeto passa a ser gerenciado pelo IASP.
- Abr/00 - O IASP opta pelo Sistema do Ministério da Justiça.
- Jun/00 - Convênio MJ/IASP para uso do Sistema em 50 Conselhos Tutelares e contratação da CELEPAR.
- AGO/NOV/00- Capacitação de 27 Multiplicadores Regionais
- DEZ/00 – MAR/01 – Capacitação de Conselheiros Tutelares
- DEZ/00 – ABR/01 – Instalação do SIPIA em 53 Conselhos Tutelares
- MAR/01 - Parceria CEDCA + SIPIA = Capacitação Permanente na Área da Infância e Adolescência
- ABR/01 – O Sistema é utilizado por 41 Conselhos Tutelares 78%
- JUN/01 - 49 Conselhos Tutelares estão utilizando o SIPIA 92 %
- SET/01 – 50 Conselhos Tutelares estão utilizando o SIPIA 94%
- AGO/01- Capacitação de 18 Multiplicadores Regionais
- AGO/01- Atualização e avaliação dos 18 Multiplicadores Regionais que permaneceram no Projeto.

2º SEM/01 – O Sistema deverá ser instalado em mais 87 Conselhos Tutelares

2º SEM/01 – 40 Conselhos Tutelares inseridos no CONSOLIDADO

- Todos os Conselhos Tutelares receberão Assessoria na utilização do SIPIA
- Out/01 a Out/02 – Todos os Conselhos Tutelares deverão utilizar a Metodologia SIPIA
- Meta até Dez/2003 – Todos os Conselhos Tutelares deverão estar inseridos no SIPIA

## **CAPACITAÇÃO**

### **I - APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL**

Projeto e Notícias

### **II - METODOLOGIA**

Oficina de Ouvir

### **III - METODOLOGIA – SISTEMA**

Treinamento prático



## \*AVALIAÇÃO E PROPOSTAS/ESTRATÉGIAS

### **ACOMPANHAMENTO**

- I - Coordenação - Conselhos Tutelares
- II - Coordenação – Multiplicadores – Conselhos Tutelares
- III - CELEPAR - CAC – Conselhos Tutelares
- IV - Envio de Relatório Gerencial e backup sistemático

### **ARTICULAÇÕES POLÍTICAS**

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDCA:**

- Elegeu o SIPIA como prioridade dentro da Política de Garantia
- Incluiu a Metodologia SIPIA na Capacitação Permanente na Área da Infância e Adolescência – Módulo II – 110 horas – 2001/664 Conselheiros Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Repasse de recursos para manutenção e implementação do SIPIA

**SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA – SECR:**

- Apoio logístico e disponibilização de técnicos para treinamentos, acompanhamento e assessoria aos Conselhos Tutelares.

**INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ – IASP:**

Apoio logístico e disponibilização de infraestrutura e recursos humanos para a coordenação e operacionalização do Projeto.

**PREFEITURA MUNICIPAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:**

\*Apoio logístico e de infraestrutura para o funcionamento do Conselho Tutelar, com a disponibilização de linha telefônica, computadores e custeio parcial das despesas com capacitação de Conselheiros Tutelares (\*60% em média).

**CONSELHOS TUTELARES:**

- Demonstram interesse pelo SIPIA



- Participam de reuniões de avaliação
- Solicitam atendimento via CELEPAR – Coordenação –
- Multiplicadores
- Demonstram interesse em participar como Multiplicadores
- Demanda maior que a oferta em relação à instalação do SISTEMA

## **RECURSOS FINANCEIROS**

### **2000 – RECURSOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

- Contratação da Celepar para disponibilização de toda Infra-estrutura tecnológica, funcionários especializados e Centrais de Atendimento necessários à implantação do SIPIA em 50 CT, bem como capacitação e assessoramento aos Conselheiros Tutelares;
- Capacitação de multiplicadores;
- Reprodução de material de apoio;
- Apoio à capacitação dos Conselheiros Tutelares.

### **2000- RECURSOS DO IASP – CONTRAPARTIDA**

- Materiais de informática e de expediente.

### **2001 – RECURSOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

- Repasse de recursos para contratação da Celepar para disponibilização de toda infra-estrutura tecnológica, funcionários especializados e Centrais de Atendimento necessários à implantação em 68 CT, bem capacitação e assessoramento aos Conselheiros Tutelares;
- Encontros Regionais do SIPIA;
- Produção e reprodução de material de apoio;
- Visitas de acompanhamento aos Conselhos Tutelares.

### **2001 – RECURSOS DO IASP – CONTRAPARTIDA**

- Encontro Estadual do SIPIA



## **2001 – RECURSOS DO CEDCA**

- Capacitação de Multiplicadores Regionais
- Capacitação de Conselheiros Tutelares
- Produção e reprodução de material de apoio
- Pagamento de Assessoria para Multiplicadores/CT
- Despesas administrativas

## **2.7. PERNAMBUCO**

### **1. QUADRO ATUAL**

Número de Municípios 185 – com Fernando de Noronha

Com Conselhos Tutelares 57

Com SIPIA 25

Atuação na instalação de Conselhos Tutelares e implementação de CMDCA's

### **2. Núcleo de Referência: 06 membros**

#### **Composição:**

3 OG's – CJUC – CEDECA - FISEP

3 ONG's – MNMMR – CENTRO LUIS FREIRE e RETOME SUA VIDA

#### **Reuniões mensais:**

Acompanhamento "in-loco" monitoramento e avaliação do uso do SIPIA

Protocolo Interinstitucional – assinado em 2000.

3. Articulação Política é feita pela SEJUC e CEDECA – COMDCA's – MP e Judiciário.

4. Capacitação incluída na formação dos Conselhos Tutelares – CMDCA e Agentes Multiplicadores.

Conteúdo: Filosofia do Sistema, Informática e uso do Aplicativo.

5. Acompanhamento:

Sistemático: feita pela SEJUC e FISEPEC com visitas locais e através de fax / fone.

Encontro Estadual – avaliação anual.

6. Equipamentos: para Conselhos Tutelares fornecidos pelo FIA.



7. Articulação: UNICEF e Secretaria da Saúde estão se articulando aliando ao SIPIA para UNICEF monitoramento das crianças atendidas nos hospitais públicos por violências domésticas.
8. Convênio SEJUC / MJ em 2001, atingindo 60 CT's e instalação da versão consolidada. Até o final de 2002, todos CT's estarão usando o SIPIA.

## **2.8. RIO GRANDE DO SUL**

### **NÚCLEO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DO SIPIA**

- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos;
- Amparo ao Meno Carente;
- Companhia Estadual de Processamento de Dados;
- Ministério Público.

### **RECURSOS HUMANOS DE ORIENTAÇÃO E GERENCIAMENTO**

#### **Coordenação:**

Wagner Alexandre de Moura – STCAS/Departamento da Cidadania;  
10 Coordenações Regionais da Divisão da Criança e do Adolescente.

### **DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SIPIA NO RS**

Nº de Municípios no Estado – 497

Nº de Conselhos de Direitos – 343

Nº de Conselhos Tutelares instalados – 308

Nº de Municípios com SIPIA implantado – 21

Nº de Municípios com SIPIA em funcionamento – 04

Nº de Conselhos Tutelares com SIPIA instalado 28

### **METODOLOGIA**

- Capacitação dos Conselheiros Tutelares e de Direitos em Informática básica;
- Capacitação dos Conselheiros Tutelares e de Direitos quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Capacitação no uso do Sipia local e consolidado;
- Acompanhamento realizado pela Divisão da Criança e do Adolescente;



- Acompanhamento realizados pelos técnicos da PROCERGS quando solicitados.

### **PRINCIPAIS PROBLEMAS**

Nº de equipamentos insuficientes em Municípios com grande demanda para o CT;  
Fragilidade quanto ao suporte técnico e de infra-estrutura, por parte da maioria dos Municípios;  
Dificuldades por dos Conselheiros em utilizar o computador.

### **PRINCIPAIS POTENCIALIDADES**

- Companhia de Processamentos de Dados atuante e parceira;
- Qualificação de estrutura operacional de Recursos Humanos da STCAS, quanto ao acompanhamento do SIPIA;
- Conselho Estadual de Direitos com maior engajamento em relação ao SIPIA

## **2.9. SANTA CATARINA**

### ***HISTÓRICO***

#### **1991-93**

CBIA celebrou convênio com Ministério da Justiça para aquisição de máquinas alocadas no Ministério Público

#### **1994:**

Encontros regionais para treinamento do NBB  
Encontro nacional, em Curitiba.

#### **1996:**

Primeira tentativa de convênio com Ministério da Justiça para aquisição de equipamento.

#### **1994:**

Encontros regionais para treinamento do NBB  
Encontro nacional, em Curitiba.

#### **1994:**

Encontros regionais para treinamento do NBB  
Encontro nacional, em Curitiba.

#### **1997:**

Convênio para aquisição de 10 máquinas e capacitação, o recurso foi liberado no 2º semestre, para municípios -sede das Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Contratação do Laboratório Edugraf /UFSC, com recursos do FIA estadual, para desenvolvimento de um protótipo SIPIA.

**1998:**

Capacitados 55 conselheiros tutelares. Os conteúdos do Núcleo Básico Brasil foram abordados por profissionais das áreas específicas, com os recursos de 1997.

Entregue as máquinas no 2º semestre, havendo necessidade de Vânia (técnica do CIASC, representante do órgão no Núcleo Estadual), retornar aos 10 municípios para instalar o software e treinar os conselheiros.

**1998:**

Elaborado Plano de Trabalho para Ministério da Justiça para ampliar em mais 11 municípios (municípios sede de Associação de Municípios, que não tinham sido contemplados na 1ª etapa) .

**1998:**

Celebrado convênio com o CONANDA para adquirir 10 equipamentos de informática para fortalecimento dos CMDCA's e instalação do SIPIA.

Criado o Fórum Internet, pela EDUGRAF/UFSC

**1998:**

Assinado Protocolo de Intenções, criando Núcleo Estadual SIPIA, tendo como representante Conselho estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Laboratório Edugraf/UFSC.

**1999:**

Retornou-se aos municípios de 1ª etapa para instalação da 2ª versão.

Capacitados 110 conselheiros tutelares, discutindo-se o NBB os aspectos mais preocupantes (educação, violência física, sexual e psicológica, Convivência familiar/ adoção).

**1999:**

Entregues todos os equipamentos já com a 2ª versão.

Realização do 1º encontro de avaliação, com representantes dos municípios da 1ª etapa, com esclarecimentos jurídicos do Doutor Gercino Gerson Gomes Neto-CPI e do assessor, Luigi Battaglia.

**1999:**



Em agosto, solicitado a todos os conselhos tutelares relatório de acompanhamento, quando o Núcleo Estadual definiu a estratégia de assessoria aos conselhos, a partir das dificuldades apresentadas (visitas "in loco" e encontros regionais).

Reformulado o Protocolo de Intenções, redistribuindo atribuições, incluindo o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina -CIASC e Centro de Promotorias da Infância e Adolescência –CPI

**1999:**

Encaminhado correspondência, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com folder explicativo para todos os Prefeitos Municipais e Conselhos Municipais orientado para que tão logo adquirissem equipamento de informática compatível para uso do Conselho Tutelar, deveriam oficializar a solicitação para instalação do Sistema.

**2000:**

Assinado o Protocolo de Intenções, conforme analisado no ano anterior, ainda com validade.

Realizado treinamento para 36 técnicos de informática e 5 multiplicadores com vistas ao monitoramento aos Conselhos Tutelares.

Realizado Encontro Estadual de Planejamento com 36 Conselhos Tutelares, quando se revisou as dificuldades tanto conceituais quanto de software e analisou-se o documento do I Fórum Nacional em Brasília/99.

**2000:**

Realizado Encontro Estadual de Avaliação com 36 Conselhos Tutelares, quando se definiu, dentre outros aspectos o uso de ficha – padrão do Estado.

Instalado a versão local do Sistema em mais 6 municípios, que adquiriram equipamento de informática.

**2000:**

Adotou-se como procedimento para instalação do Sistema, uma apresentação institucional, onde devam estar presentes Conselho Municipal de Direitos, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Delegacia de Polícia, Secretaria ao qual o Conselho Tutelar está vinculado e outros atores.

Adquiriu-se, através de processo licitatório, o software "oracle".

**2001:**

Instalado a versão local e consolidada em mais 10 municípios , que adquiriram equipamento de informática.



Atualizado a versão 2.1.15 em 39 Conselhos Tutelares, num trabalho de parceria da SDF e CIASC.

**APLICAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS:**

<b>Ano</b>	<b>Capital</b>	<b>Custeio</b>	<b>Aplicação</b>
<b>1998</b>	216.000	14.000	10 veículos. 10 computadores. Publicação de cartilhas. Formação de 80 horas para 55 C. Tutelares
<b>1999</b>	37.040		Pagamento da assessoria ao SW pelo CIASC Realização de 10 encontros de formação regional envolvendo 195 Conselheiros
<b>2000</b>	100.000		Pagamento da assessoria ao software pelo CIASC Realização de 2 encontros estaduais de Planejamento e avaliação. Pagamento de 4 multiplicadores para monitoramento do NBB – Núcleo Básico Brasil.
<b>2001</b>	73.000*		Aquisição do oracle Realização de 6 encontros regionais de formação, envolvendo 275, cons. tutelares, 55 técnicos de informática das Prefeituras Municipais, 10 multiplicadores do NBB - Núcleo Básico Brasil. Pagamento de serviços terceiros – CIASC

- Recursos ainda não disponibilizados – convênio em andamento.



## **CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

Aos 22 Conselhos Tutelares que implantaram o SIPIA no ano de 1998 e 1999 - formação de 40 horas, com profissionais das áreas específicas dos 5 direitos fundamentais.

Os demais Conselhos -capacitação quando da implantação do Sistema e nos encontros regionais.

A Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares / ACCT vêm desenvolvendo espaços de discussão tanto no âmbito regional quanto estadual no que se refere às **atribuições e “procedimentos tutelares”**.

## **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

O atual Protocolo de Intenções foi assinado em fevereiro/2001 e conta com os seguintes signatários:

- Centro de Promotorias da Infância/ Corregedoria Geral da Justiça
- Centro de Informática e Automação de Santa Catarina / CIASC
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente / CEDCA
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família/SDF
- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania/SJC

O Núcleo de Referência Estadual deliberou em dezembro/2000 que só reunir-se-ia quando houvesse assuntos para deliberar. No ano em curso só reuniu-se por 2 ocasiões. O CEDCA pretende assumir para si a coordenação do mesmo.

O CEDCA tem reunido comissão temática para revisar o Protocolo e substituí-lo por Termo de Compromisso.

A versão consolidada no próximo mês trará os dados a Brasília.

## **2.10. SÃO PAULO**

### **MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- Total de Municípios:	645
- Municípios com Conselho Tutelar:	467
- Total de Conselhos Tutelares:	503
- Conselhos Tutelares com microcomputador:	147



## **NÚCLEO: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO**

### **Composição:**

SEADS - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

PRODESP - Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

PGE - Procuradoria Geral do Estado

Secretaria da Educação

SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

SSP/SP - Secretaria da Segurança Pública

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica

FEDDCA/SP - Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

ACTESP - Associação dos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo

## **ARTICULAÇÃO**

### **Municípios/Regiões/Estado**

#### **Encontros de Sensibilização Diversas Secretarias**

- Conselhos (de Direitos e Tutelares) - SEADS
- Secretarias Municipais - SGGE/PRODESP
- Poder Judiciário - CONDECA
- Poder Legislativo
- SEADS
- SGGE/PRODESP
- CONDECA

#### **Encontros de Mobilização / Implantação**

- Municípios em implantação

#### **Encontros de Avaliação**

- Municípios implantados



## **CAPACITAÇÃO CONTINUADA**

PUC/SP - encontros envolvendo diversos atores por Região:

- Conselhos Tutelares,
- Conselhos de Direito,
- Poder Executivo,
- Poder Legislativo,
- Juiz da Infância e Juventude.

PRODESP - treinamento de um Técnico de Informática em cada Município.

## **PROXIMAS IMPLANTAÇÕES EM 2001**

104 Municípios —————▶ 124 Conselhos Tutelares

## **REGIÕES A IMPLANTAR**

Seq	Região	Dist. Km	Qt. Munic.	Tot. Ct's	Tot. Conselh.	Outros Partic.	Tot. Treinamento	Qt. Turmas	Tot.dias Útels	Tot. Horas
01	Araçatuba	547	6	6	30	12	42	2	4	32
02	Araraquara	296	3	3	15	6	21	1	2	16
03	Barretos	475	4	4	20	8	28	1	2	16
04	Bauru	352	6	6	30	12	42	2	4	32
05	Campinas	100	19	19	95	38	133	5	10	80
06	Cápitãl	0	1	20	100	2	102	4	8	64
07	Grande São Paulo	0	12	13	65	24	89	4	8	64
08	Marília	448	8	8	40	16	56	2	4	32
09	Presidente Prudente	579	10	10	50	20	70	3	6	48
10	Ribeirão Preto / Franca	318	5	5	25	10	35	2	4	32
11	São José do Rio Preto	463	7	7	35	14	49	2	4	32
12	Vale do Paraíba(S.J.C.)	87	4	4	20	8	28	1	2	16
13	Sorocaba	107	16	16	80	32	112	5	10	80
14	Vale do Ribeira (registro)	215	3	3	15	6	21	1	2	16
<b>TOTAIS</b>		<b>3987</b>	<b>104</b>	<b>124</b>	<b>620</b>	<b>208</b>	<b>828</b>	<b>35</b>	<b>70</b>	<b>560</b>

## **DIFICULDADES DE USO NOS CONSELHOS TUTELARES**

- . Falta de treinamento em micro-informática
- . Dificuldade na utilização dos equipamentos
- . Suporte inadequado do Técnico da Prefeitura local
- . Falta de equipamento (somente 1 microcomputador)
- . Falta de tempo para praticar com o sistema
- . Registros manuscritos e digitados posteriormente
- . Problemas para instalar a Rede Local



- . Desinteresse por parte do(s) Conselheiro(s) Tutelar (es)
- . Pouco contato com a PRODESP
  - Conselheiros Tutelares não repassam conhecimento

### **3. OS DEBATES E OS ENCAMINHAMENTOS**

#### **Síntese dos Relatos:**

No início dos trabalhos do 2º dia, a Coordenação Nacional do SIPIA realizou uma síntese do que foi colocado pelos estados, à guisa de formulação de um quadro do Sipiá, elegendo para tanto os pontos comuns aos relatos.

**Conselhos Tutelares:** no conjunto dos estados ainda se está longe de completar a instalação dos Conselhos Tutelares na maioria dos Municípios, com exceção do Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará; e nos Conselhos Tutelares instalados, o Sipiá tem sido solicitado com interesse como ferramenta importante para realização de suas funções. Duas, parecem ser as principais dificuldades por parte dos conselheiros; desconhecimento, ainda, de suas funções e da informática.

**Capacitação:** é inegável a contribuição que a formação no Sipiá vem dando à efetividade do ECA como lei maior na área da criança e do adolescente.

A formação de “multiplicadores” no sentido de criar interlocutores para os conselheiros, para se conseguir uma formação “continuada” no Sipiá, parece ser um avanço.

**Informatização:** continua digna de destaque a participação das equipes de informática como grandes parceiras no processo, caracterizando a necessidade de pessoal disponível para a tarefa de instalação e assistência ao sistema, na medida que crescem o número de Municípios com o uso do Sipiá.

**Recursos financeiros:** são basicamente do Ministério da Justiça, porém já são vários os FIA's que equipam Conselhos Tutelares seguidos pela Secretarias Estaduais que oferecem seus recursos humanos e materiais ao monitoramento do processo. Com a versão consolidada o Conselho Estadual e Executivo terão dados para gerenciamento e portanto, maior responsabilidade de investir nas fontes do Sistema.

**Coordenação das ações de implantação:** ainda continua na maior parte centralizada em um órgão seja numa Secretaria, seja num Conselho Estadual com maior infra-estrutura de funcionamento. O Núcleo de Referência do Sipiá apresenta uma fragilidade própria dessa centralização. Ainda não se consegue, na prática,



salvo poucos casos, uma ação conjunta, apesar dos Protocolos formalizarem a idéia de ação participativa.

**Entende-se que os avanços destacados, como:** multiplicadores como peças-chaves do processo de capacitação, relações institucionais ampliadas, versão consolidada instalada em três estados, ainda não possibilitaram acontecer o salto, em conjunto, com a certeza de que foi assegurada a irreversibilidade no uso do Sistema, seja pela quantidade de Conselhos Tutelares com uso do SIPIA, seja pelas formas de gerenciamento das dificuldades encontradas.

Será fácil acabar com 100 (cem) Conselhos Tutelares que têm Sipia mas, não será fácil acabar 1000 (mil) sem provocar ruídos. Uma coisa ficou clara: o Sipia é uma ousadia... e precisamos saber como ousar mais.

Em seguida, os trabalhos foram dedicados ao debate dos principais pontos de dúvida, dificuldades na implantação tanto do processo de acompanhamento, capacitação e de mobilização das comunidades municipais para adesão ao Sistema, quanto dos trabalhos de introdução e manutenção de hardware e software - SIPIA local e consolidado.

#### **Os participantes dividiram-se em dois Grupos de Trabalho:**

GT-1: Técnicos ligados à Secretaria Executiva do CEDCA ou ao Órgão Estadual responsável pela Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente que está mais diretamente envolvido com a prática de instalação. O grupo foi auxiliado pela Coordenação Nacional SIPIA e assessoria.

GT-2: Técnicos de informática das Cias Estaduais de Processamento de dados, integrantes do Núcleo de Referência Sipia, que tiveram a assessoria da CGTI e equipe PROCERGS, responsável pelo desenvolvimento e suporte à Rede e Sistema SIPIA.

### **3.1. GT-1**

A Coordenadora Nacional do SIPIA deu início aos trabalhos do grupo colocando alguns pontos provocativos para reflexão:

O SIPIA vem sendo construído e implantado por fases.

1ª fase – a elaboração do desenho lógico, a construção da metodologia, as fichas, realização de testes com Conselhos Tutelares de 10 estados.

2ª fase – o desenvolvimento do projeto de informatização das versões local e consolidada.



3ª fase – a instalação dos Núcleos de Referência do SIPIA no estado e entrega do aplicativo, pelo DCA, para implantação e uso pelos Conselhos Tutelares.

4ª fase – a fase atual dos dados, das estatísticas. Os relatórios que o sistema emite nos Conselhos Tutelares são o produto esperado. O que fazemos com eles em nível dos Municípios? Para onde estão sendo encaminhados? Que tem o Núcleo a dizer a respeito disso?

No SIPIA temos dois destinatários principais: Os Conselhos de Direitos e o Executivo Governamental.

Estarão eles recebendo esses dados produzidos ou temos parado no registro deles? Cabe, então, uma pergunta: por que registrar para que registrar? Quais os significados que nos trazem para administração das violações a crianças e jovens?

Quem já tem a versão consolidada estadual já planejou como vai fazer uso dos dados no Estado? O que vamos fazer com o produto do SIPIA?

O debate foi centrado na identificação das principais dificuldades enfrentadas pelos técnicos envolvidos com o SIPIA no processo de instalação para agilizar a implantação do Sistema

**Em síntese, foram apontados os seguintes problemas:**

1. Falta de comprometimento com a garantia de Direitos por parte do Poder Público;
2. Pouca oferta de capacitação específica sobre E.C.A. para os integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos;
3. Preocupação em relação à Rede de Conselhos de Direitos, enquanto instância deliberativa, face ao esvaziamento político, ao caráter da representação (pessoal e não institucional) e ao caráter da participação das ONGs ;
4. Dificuldades nas relações Conselho Estadual / Conselhos Municipais de Direitos – Conselhos Tutelares;
5. Efetivação de parcerias entre Conselho Tutelar / Conselhos Municipais e Secretarias do Executivo Municipal e demais Órgãos do sistema de garantia de Direitos; Ausência de uma mentalidade de “rede”;
6. Maior divulgação do E.C.A. para melhor compreensão pelos Conselheiros Tutelares e de Direitos de suas funções;
7. Falta de comprometimento dos Órgãos Governamentais que assinaram o Protocolo de Cooperação Interinstitucional SIPIA;



8. No âmbito do Estado, a adesão ao SIPIA está localizada em pessoas ou pequenos grupos, não se constituindo em prioridade, enquanto parte integrante da Política de Atendimento aos Direitos, tornando-se o SIPIA sem real importância para o Executivo e CEDCA ;
9. Falta de compreensão da natureza do SIPIA por parte de muitos Conselheiros de Direitos;
10. Dificuldade para o Poder Público Municipal trabalhar sua “participação” (barreiras culturais);
11. A falta de Juizes e Promotores em alguns Municípios;
12. Fragilidade na gestão compartilhada e na gestão executiva do CEDCA no Núcleo;
13. Núcleo de Referência SIPIA pouco ativo e integrado, tendo como consequência falha no exercício de seu papel de coordenador, interlocutor, proponente e divulgador de dados SIPIA;
14. Conflito de atribuições no âmbito dos organismos estaduais, gerando desrespeito à atuação do Núcleo de Referência;
15. Insegurança de alguns Conselheiros quanto à utilização do Sistema;
16. Apropriação do conhecimento sobre o SIPIA pelos Conselheiros Tutelares, os quais, ao término do mandato não conseguem partilhar esse saber transmitindo-o aos novos empossados;
17. Sobrecarga, do Núcleo pela necessidade de capacitações continuadas;
18. Não divulgação dos dados SIPIA pelos C. Tutelares;
19. Não articulação dos Fundos para apoio ao SipiA;
20. Revisão dos procedimentos de conveniamento / repasses pelo MJ/DCA;
21. Descumprimento da Deliberação do CONANDA a respeito do SIPIA;
22. Precariedade da Rede de Serviços Local;
23. Instalações físicas precárias;
24. Dificuldades locais na adesão ao SipiA do Executivo, M.P., Judiciário e o próprio CMDCA;
25. Dificuldade por parte de alguns Conselhos tutelares na articulação com os Poderes do Município;
26. Dinâmica de funcionamento dos C.T. desorganizada, já que a sua Lei de Criação não relaciona a Sistemática SIPIA como metodologia e ferramenta de trabalho;



27. Estrutura operacional deficitária (Recursos Humanos, Materiais e Financeiros) no Estado e nos Municípios;
28. "Profissionalização" na função de Conselheiro

## ENCAMINHAMENTOS

Os encaminhamentos consensualizados para melhorar as condições de gestão dos Núcleos foram:

- Elaborar uma lista de ' critérios' para a escolha dos Municípios candidatos à implantação SIPIA levando em conta: representação geográfica regional, eclosão de situações endêmicas de violação de direitos, índice do desenvolvimento infantil, percentual de população de crianças e jovens para formulação de planejamento estratégico com a finalidade de orientar a expansão do Sistema em 2002.
- Fortalecer o núcleo de referência Sipiia através de:
  - Maior articulação política da parte do DCA de forma a assegurar o compromisso institucional de adesão ao Sipiia no Estado;
  - Maior articulação do CONANDA junto aos CEDCA's de forma a garantir o funcionamento efetivo dos NRS, com a participação desses Conselhos na coordenação política do Sipiia, no estado.
- Apoiar a implantação e a expansão do Módulo Consolidado nos Estados (DCA);
- Estimular a denúncia pelos CT's da violação dos direitos contra crianças e adolescentes, através da mídia nacional;
- Estimular através de capacitação os agentes multiplicadores regionais;
- Firmar "termo de compromisso" entre NRS e Prefeituras Municipais de parceria e apoio administrativo;
- Definir parâmetros de custo em termos de hora - aula de capacitação e custo suporte de informática; (MJ)
- Estabelecer no estado como será processada a leitura dos dados produzidos pela versão consolidada;
- Formação de Comitê Técnico, integrado por membros dos NRS para estudo, análise e encaminhamentos, de novos conteúdos (categorias de violações, sistemática de atendimento, Núcleo Básico Brasil) de acordo com as realidades locais e a luz da legislação pertinente, preparatório ao 2º Fórum Nacional de Avaliação do Sipiia em 2002;



Recomendação: que o CONANDA autorize a vinda para a Conferência Nacional, dos coordenadores Estaduais do Sipiá, na qualidade de observadores, caso não integrem a lista de representantes estaduais, com recursos do estado.

### 3.2. GT-2

Os técnicos de informática fizeram em primeiro lugar, uma avaliação da situação atual, abordando questões de hardware em cada CIA Estadual de Processamento de Dados e problemas de suporte ao software SIPIA, para em seguida, discutir amiúde as questões técnicas ligadas à instalação do ' Consolidado SIPIA'. Foram verificados todos os pré-requisitos necessários à sua instalação:

- servidores disponíveis;
- infra-estrutura de comunicação de dados (INFOSEG);
- segurança de acesso;
- periodicidade de Relatórios (no Município e dos Municípios para o Estado);
- Back up's. etc...

Discussão sobre a integridade Base Local x Consolidado

Questões levantadas e sugestões apresentadas:

Prazo máximo para transmissão – 30 dias;

Ligação entre os Conselhos, somente em 2001;

Local da guarda do Back up dos Conselhos – Empresas de Processamentos de Dados ou Órgãos de informática;

Encerramentos dos casos envios dos dados pelos Conselhos Tutelares;

Implantação do Consolidado Estadual x Nacional;

Problemas de vírus nos Conselhos Tutelares;

Confirmação da data do dia do envio dos arquivos local para o consolidado;

Possível integração do SIPIA local com outros Sistemas;

Entrega do Check-list para instalar o consolidado;

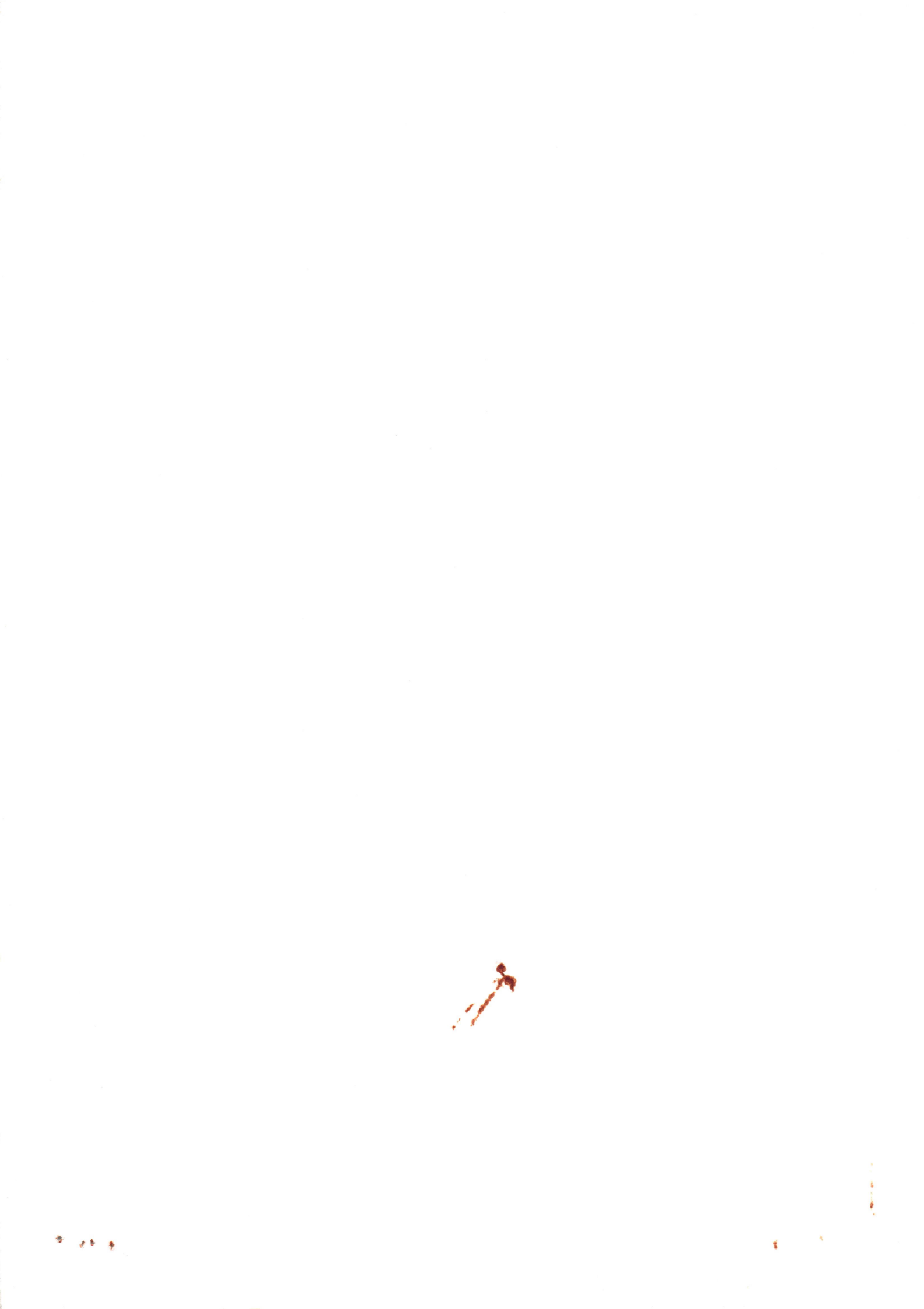
Situação dos estados referente ao INFOSEG;

Maranhão: falta oracle e administração do ambiente;

Santa Catarina: existe máquina só para o SIPIA; OK

Ceará: existe máquina INFOSEG, que vai trocar de local; OK

Mato Grosso do Sul existe máquina INFOSEG que vai trocar de local; OK



Pará existe máquina INFOSEG 'Ok

Goiás existe máquina INFOSEG – OK

São Paulo existe máquina INFOSEG – OK

Pernambuco existe máquina INFOSEG – OK

6. Paraná existe máquina INFOSEG –OK, sendo necessário no entanto, recomendação do MJ/DEASP para uso conjunto SIPIA / INFOSEG.

#### 4. ENCERRAMENTO

O Departamento da Criança e do Adolescente, na pessoa de sua Diretora, encerrou a Oficina esperando que os trabalhos tivessem possibilitado e facilitado a compreensão por todos de quanto é urgente **agilizar** a instalação do SIPIA.

Necessita-se de dados concretos sobre a violação de Direitos de Crianças e a Adolescentes.

A sociedade violenta não nos permite, portanto, esperar...

A versão consolidada começa dar efetividade ao SIPIA, aos seus Gestores mostrando dados concretos.

As informações são o produto esperado para que se possa segurar os Direitos de Crianças e Adolescentes por meio de políticas públicas adequadas.

Precisa-se do empenho dos Estados, na luta de implantação e expansão do SIPIA.

Ai, estão os passos, os ajustes que necessita-se incluir à caminhada, com o destaque de que foram definidos de forma coletiva e participativa.

